

**Reginaldo De França**

# **DIREITO PENAL E DIGNIDADE HUMANA**

**Adequação das Normas Penais  
como Valor no Rol de Direitos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0171-5**



**Brasil** – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – VilaNova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

França, Reginaldo de  
F815      Direito penal e dignidade humana: adequação das  
normas penais como valor no rol de direitos /  
Reginaldo de França - Curitiba: Juruá, 2022.  
190p.; 21cm

1. Direito penal. 2. Dignidade humana. I Título.

CDD 345.05 (22.ed)  
CDU 343.1

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>Capítulo 1 – A DIGNIDADE HUMANA NO CENÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS</b> .....	17
1.1 A NOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.....	17
1.2 CONTEUDO SEMÂNTICO DOS DIREITOS HUMANOS .....	18
1.3 A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL.....	19
1.3.1 Antecedentes Históricos .....	19
1.3.1.1 O Cilindro de Ciro.....	20
1.3.1.2 A Carta Magna .....	21
1.3.1.3 A Petição de Direitos.....	23
1.3.1.4 A Declaração de Independência dos Estados Unidos .....	24
1.3.1.5 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão .....	25
1.3.1.6 A Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	26
1.4 O PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA TRANSFORMAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	31
1.5 A IMPOSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS SEM A PRESENÇA DA DIGNIDADE HUMANA..	33
<b>Capítulo 2 – A DIGNIDADE HUMANA NO CONTEXTO HISTÓRICO-FILOSÓFICO</b> .....	35
2.1 INTRODUÇÃO AO TEMA.....	35
2.2 A DIGNIDADE DO HOMEM NA CONCEPÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.....	37
2.3 O PARADOXO DA POSIÇÃO HISTÓRICA DA IGREJA EM RELAÇÃO À DIGNIDADE HUMANA. ....	40
2.4 A DIGNIDADE HUMANA NO PENSAMENTO FILOSÓFICO.....	42

2.4.1	A Dignidade Humana na Filosofia Greco-Romana.....	42
2.4.2	A Dignidade Humana em Immanuel Kant .....	44
2.4.3	A Dignidade Humana em Jürgen Habermas.....	46
2.4.4	A Dignidade Humana em Robert Alexy.....	47
<b>Capítulo 3 – A AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA NO</b>		
<b>CONTEXTO DO DIREITO INTERNACIONAL .....</b>		
<b>51</b>		
3.1	A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TEMA.....	51
3.2	A DIGNIDADE HUMANA EM OUTRAS DECLARAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS .....	53
3.2.1	Declaração Universal do Genoma Humano e Direitos Humanos.....	53
3.2.2	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	55
3.2.3	Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos.....	55
3.2.4	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia .....	56
3.3	A DIGNIDADE HUMANA NAS LEIS FUNDAMENTAIS DE ALGUNS PAÍSES.....	57
3.3.1	Na Alemanha.....	57
3.3.2	No Brasil.....	58
3.3.3	Na Argentina .....	63
3.3.4	Na Espanha.....	64
3.3.5	Em Outros Países.....	65
3.3.5.1	Portugal .....	65
3.3.5.2	Itália.....	66
3.3.5.3	Grécia .....	66
3.3.5.4	Suíça.....	67
3.4	A DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO OU FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL.....	67
3.4.1	Algumas Considerações .....	67
3.4.2	Significação e Força Vinculante do Princípio Constitucional.....	68
<b>Capítulo 4 – DIGNIDADE HUMANA E SUA ATUAL</b>		
<b>CONFIGURAÇÃO .....</b>		
<b>73</b>		
4.1	A NOÇÃO DO QUE É A DIGNIDADE HUMANA.....	73
4.2	CONDIÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE HUMANA – A PESSOA E SUA AUTONOMIA....	76
4.2.1	Noção de Pessoa .....	76

4.2.2	A Autonomia.....	79
4.3	A DEMOCRACIA COMO AMBIENTE IDEAL PARA A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA .....	82
4.4	A INDIGNIDADE HUMANA COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA.....	85
4.5	A DIGNIDADE HUMANA E SUA VINCULAÇÃO COM OS DEMAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS (IGUALDADE, LIBERDADE, FRATERNIDADE E O MÍNIMO EXISTENCIAL)..	91
4.5.1	Dignidade Humana e Igualdade .....	91
4.5.2	Dignidade Humana e Liberdade.....	93
4.5.3	Dignidade Humana e Fraternidade.....	94
4.5.4	Dignidade Humana e o Mínimo Existencial.....	95
<b>Capítulo 5 – DECISÕES JUDICIAIS E ALTERAÇÕES LEGAIS PARADIGMÁTICAS PARA A AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA.....</b>		
5.1	INTRODUÇÃO AO TEMA.....	99
5.2	ALGUMAS DECISÕES .....	100
5.2.1	Alemanha – Inconstitucionalidade da Lei de Segurança Aérea .....	100
5.2.2	Brasil – Descriminalização do Aborto (Interrupção da Gravidez) de Fetos Anencéfalos.....	101
5.2.3	França – A “Sentença Perruche” .....	102
5.2.4	Brasil – O Reconhecimento pela Corte Suprema das Uniãoes Homoafetivas .....	103
5.3	ALTERAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL ARGENTINO PARA POSSIBILITAR O MATRIMÔNIO DE PESSOAS DO MESMO SEXO .....	106
<b>Capítulo 6 – A CONTRIBUIÇÃO DA BIOÉTICA E DO BIODIREITO PARA A AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA .....</b>		
6.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA .....	109
6.2	A BIOÉTICA.....	111
6.2.1	O Nascimento e a Evolução da Bioética .....	111
6.2.2	A Contribuição da Bioética para a Noção Moderna de Dignidade Humana.....	113
6.2.3	A Juridização da Bioética e o Nascimento do Biodireito.....	116
6.2.4	Os Princípios da Bioética e sua Compatibilização com o Ideal de Dignidade Humana .....	118

<b>Capítulo 7 – A DIGNIDADE HUMANA NO CONTEXTO DO DIREITO PENAL</b> .....	121
7.1 A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E DE GARANTIA DO RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA .....	121
7.1.1 A Função de Controle Social do Direito Penal .....	121
7.1.2 O Direito Penal e a Proteção da Dignidade Humana .....	122
7.1.3 A Observância dos Princípios Constitucionais na Construção do Direito Penal .....	125
7.1.3.1 Princípio da legalidade .....	126
7.1.3.2 Princípio da culpabilidade .....	128
7.1.3.3 Princípio da intervenção mínima .....	129
7.1.3.4 Princípio da presunção de inocência .....	131
7.1.3.5 Princípio da humanidade .....	132
7.2 A INDIGNIDADE HUMANA NA EXECUÇÃO DAS PENAS: O PANORAMA DO BRASIL E ARGENTINA E A NECESSIDADE DE HUMANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA .....	135
7.2.1 Algumas Situações para Reflexão .....	135
7.2.1.1 Uma penitenciária feminina no Brasil .....	136
7.2.1.2 Presos que menstruam .....	137
7.2.1.3 Rebelião na Penitenciária de Manaus, Brasil .....	137
7.2.1.4 Rebelião na Penitenciária de Altamira, Pará, Brasil .....	137
7.2.2 A Função da Sanção Penal .....	138
7.2.2.1 A polêmica da proteção da dignidade humana dos delinquentes .....	138
7.3 A EXECUÇÃO DAS PENAS NO BRASIL E NA ARGENTINA E A DIGNIDADE HUMANA .....	142
7.3.1 A Execução das Penas .....	142
7.3.2 A Lei de Execução Penal do Brasil e a Dignidade Humana .....	143
7.3.3 A Realidade da Execução Penal no Brasil .....	145
7.3.4 A Lei de Execução da Pena Privativa de Liberdade na Argentina e a Dignidade Humana .....	147
7.3.5 A Realidade na Argentina .....	148
7.4 A HUMANIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM IMPERATIVO PARA A SALVAGUARDA DA DIGNIDADE HUMANA .....	150

---

<b>Capítulo 8 – A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE HUMANA SER CONSIDERADA COMO UM BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO NAS LEIS PENAIS....</b>	<b>153</b>
8.1 A NOÇÃO DE “BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO” .....	153
8.2 A PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS NO DIREITO PENAL .....	155
8.3 A DIGNIDADE HUMANA COMO BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO E A NECESSIDADE DE SUA INSERÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO E ARGENTINO E NOS DE MAIS PAÍSES CONSIDERADOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS DE DIREITO .....	157
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>165</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>177</b>